

Escravidão, campesinato e desigualdade na economia de Minas Gerais no século XIX.

Mariana:1820-1850

Leandro Braga de Andrade
Mestrando – UFMG

1- Introdução: Economia Mineira no século XIX

O texto que se apresenta refere-se ao exercício de pesquisa realizado durante minha graduação na UFOP. O trabalho monográfico deu origem a um projeto de dissertação de mestrado que está sendo desenvolvido na UFMG. O objetivo da pesquisa é, através da análise de listas nominativas e inventários pós-mortem, identificar as diferenças sub-regionais que existiam dentro do Termo de Mariana, assim como as desigualdades sócio-econômicas entre os proprietários dos diversos distritos marianenses.

Estaremos apresentando somente o trecho da pesquisa que analisou as listas nominativas de 1819-1822. Como foram analisados os dados de diversos distritos, somente alguns serão apresentados como exemplos. O objetivo deste texto é identificar a formação econômica que prevaleceu em Minas Gerais no século XIX. Muitas pesquisas já identificaram que, após a decadência da mineração, consolidou-se em Minas Gerais um forte setor de agricultura mercantil de subsistência. No entanto, alguns fatores como a heterogeneidade sócio-econômica da região e o forte apego à utilização da mão-de-obra escrava tornam complexa a análise. Dessa forma, procuramos encontrar critérios que possibilitem a definição da região como tipicamente camponesa (voltada para subsistência) ou como escravista mercantil.

A historiografia tem consolidado a proposição de que a economia mineira, a partir da segunda metade do século XVIII, entra em um processo de modificação de sua principal atividade. A queda da extração aurífera não acarretou contração econômica, como afirmava a visão tradicional da História colonial brasileira, mas sim uma transição da *atividade nuclear* anterior, a mineração, para um diversificado complexo de produção de alimentos, atividades artesanais e um vigoroso comércio (PAIVA, 1996).

Ao longo da década de 1980 e início dos anos 90 vários pesquisadores vêm debatendo e levantando novas hipóteses em torno da natureza da economia e sociedade mineiras do século XIX. Este debate vem sendo fundamentado pela pesquisa histórica de fontes documentais, até então inéditas, como os censos/listas nominativas, inventários, documentação fazendária e Registros de Exportações.

Um dos precursores do debate foi Roberto Borges Martins que caracterizou as Minas oitocentistas como uma província de economia *vicinal*, ou seja, voltada para o consumo local, onde não havia um processo de monetarização generalizado. Apesar da existência de uma auto-suficiência e diversificação interna, a província mineira praticamente não teria ligações com mercados distantes. Martins deixa explícito que Minas Gerais não foi economicamente estanke ou decadente, ao contrário do que supunham análises tradicionais como as de Celso Furtado, que defendia que com o definhamento das atividades mineradoras no final do século XVIII teria ocorrido *uma rápida e geral decadência* da economia da capitania de Minas Gerais (FURTADO, 1982. p. 36).

A província de Minas Gerais no século XIX, segundo Martins, conseguiu imprimir um ritmo de expansão suficiente para justificar a importação de escravos. Estes cativos eram empregados não só na agricultura, que era o principal setor econômico, segundo este autor, mas eram utilizados também numa variedade de outras ocupações incluindo a pecuária e várias atividades artesanais e manufatureiras.

A demanda por escravos teria a sua origem na alta disponibilidade de terras existentes na capitania/prvíncia desbravadas pela população livre. Outros fatores que justificariam esta demanda - inicialmente não considerados por Roberto Martins, mas posteriormente admitidos pelo autor - seria o crescente mercado gêneros de alimentos, ampliado na primeira metade do século XIX, pela vinda família real para o Brasil. Minas Gerais fornecia produtos para a praça mercantil do Rio de Janeiro e também para a Bahia, possuía um intenso comércio intra-provincial, além da extração aurífera ainda existente

A grande inovação do trabalho de Roberto Martins foi considerar que o escravismo moderno, poderia apresentar força, mesmo alheio à produção voltada para a exportação. Nesse sentido, o *escravismo colonial brasileiro* – entendido aqui como a predominância da escravidão no Brasil até o final do século XIX - não seria, necessariamente, uma fonte de acumulação do capitalismo europeu.

Analisando os trabalhos de Martins, Robert Slenes argumenta que houve uma subestimação do setor exportador de Minas e de seu impacto na economia interna da província. Segundo Slenes *as atividades de exportação não só permitiam um grande tráfico de escravos,*

mas também constituíam o centro dinâmico da economia mineira (SLENES, 1988, p. 458). O autor ainda sugere que a alta dos preços de gêneros alimentícios naquele período talvez não fosse prova somente de uma concentração de força de trabalho escrava nas áreas cafeeiras, como tradicionalmente se afirmava, mas de uma maior especialização das unidades produtivas escravistas, o que teria significado um aumento das possibilidades comerciais daquelas unidades voltadas para a produção de gêneros para o mercado interno.

Douglas Libby, ao analisar dados censitários do século XIX em *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX* destacou uma forte diversificação das atividades econômicas em Minas Gerais. De acordo com Libby, o setor agrário, com *certo grau de mercantilização*, tinha maior peso no conjunto da economia da província. Segundo o autor, havia um comércio para dentro e para fora da província dos gêneros produzidos: milho, feijão, farinha de mandioca, aguardente, derivados de porcos etc. O autor realizou uma análise pormenorizada da estrutura produtiva demonstrando a *acomodação evolutiva* das atividades agropastoris. Ao lado dessas desenvolveu-se outro setor muito importante representado pelas atividades de transformação, tais como a siderurgia, a fiação e tecelagem domésticas, bem, como as formas de comercialização desta produção que era diversificada e com razoável grau de mercantilização. Outra contribuição do autor foi considerar que a grande população de cativos existente em Minas Gerais no século XIX originava-se não somente do tráfico mas da possibilidade de reprodução dos cativos no interior dos plantéis. (LIBBY, 1988)

A questão das exportações, levantada por Slenes, já havia recebido destaque com o trabalho de Alcir Lenharo que analisou a produção de gêneros e o fluxo de mercadorias na região sul de Minas. Em *As tropas da moderação* o autor afirma que a decadência da mineração em Minas Gerais não representou uma retração dos complexos agropecuários mercantis de abastecimento. Esses cresceram e adquiriram uma dimensão cada vez mais inter-regional, passando a alimentar mercados como o formado pela cidade do Rio de Janeiro e a agricultura agro-exportadora fluminense (LENHARO, 1979).

João Fragoso, a partir do conceito de *acumulação endógena*, levantou dados para demonstrar a autonomia relativa da província diante das flutuações externas e a constituição de uma *produção mercantil de abastecimento* (FRAGOSO, 1998. 133). A especificidade de Minas Gerais estaria no fato de sua economia não se adequar, nem ao modelo de agro-exportação, nem ao padrão das chamadas economia de subsistência. Por ser Minas Gerais a principal importadora de cativos, como levantado por Roberto Martins, a produção voltada para

o mercado interno provaria a capacidade comercial e as *acumulações endógenas* no interior da província.

2- Mariana no contexto mineiro

A meso-região da *Metalúrgica Mantiqueira* (regionalização proposta por Roberto Martins), apresenta um alto crescimento das importações de escravos acompanhando os dados de toda a província de Minas Gerais (MARTINS, 1996). Contrariando as teses tradicionais esta meso-região apresenta, principalmente na primeira metade do século XIX, um importante dinamismo econômico, baseado na produção de alimentos, atividade mineradora e comércio.

A Comarca do Rio das Mortes, principalmente o município de São João Del Rei, foi uma área de intensas atividades agropecuária e comercial, ligando-se diretamente ao Rio de Janeiro e às áreas cafeeiras. Graça Filho (2002) em pesquisa, acerca das riquezas de fazendeiros e negociantes de São João Del Rey, identificou alta capacidade de acumulação pelo setor de abastecimento e conseqüentemente uma concentração de cativos comparável às áreas agro-exportadoras do Brasil.

O autor ainda afirma que

Se para alguns autores, a agricultura mineira de subsistência seria predominantemente camponesa, com diminutos plantéis de escravos ou assentados no trabalho familiar, a distinção que queremos apresentar diz respeito não à existência disseminada dessas formas produtivas em toda Minas Gerais, mas à participação predominante das grandes unidades escravistas de alimentos no produto total mercantilizado pelo município de São João Del Rei (...). (GRAÇA FILHO, 2002, p. 24)

O nosso objeto de estudo é o Termo da Cidade de Mariana, localizado nesta meso-região e que nos interessa por ter vivido todo o processo econômico de intensa extração aurífera no século XVIII e consolidação de uma economia de abastecimento no início do XIX. As zonas urbana e rural de Mariana contavam com contingentes escravistas empregados ainda na atividade mineradora, na produção voltada para o abastecimento intra e inter provincial e para subsistência de suas próprias unidades produtivas (ALMEIDA, 1994).

Segundo Carla de Almeida, a diversificação da economia mineira, pela existência de uma demanda interna de subsistência no período de *rearticulação interna* ou de *acomodação evolutiva* da economia, acabou gerando a possibilidade de comercialização de produtos alimentícios. Isto levou a autora a identificar o sub-período, 1820-1850, como o de consolidação da economia mercantil de subsistência em Mariana. Este recorte é especialmente importante, por que neste período a importação de cativos para Minas Gerais crescia, chegando a ter o maior contingente de escravos, em comparação com as outras capitanias/províncias.

A região foi, no contexto da decadência da mineração, uma área com amplas possibilidades de expansão das atividades econômicas por ter enorme fronteira aberta para as atividades agrícolas (ANDRADE, 1994). Ao final do século XVIII houve ocupações de novas regiões na tentativa de encontrar ouro em abundância. Contudo, não se demorou a perceber o engano e as pessoas passaram a aproveitar a qualidade e a quantidade de novas terras para se dedicarem à agropecuária (ALMEIDA, 1994).

Sendo assim, podemos trabalhar com três grupos de localidades conforme suas características geográficas e sócio-econômicas. Nas proximidades da sede do Termo temos a região tradicionalmente mineradora, que possui características de campo rupestre de altitude: Mariana, Passagem de Mariana, Camargos, Antônio Pereira e outros. As relações de habitantes de Mariana (a sede) e Passagem de Mariana de 1819 apresentam sinais de pobreza e declínio econômico. Nessas freguesias, quase metade dos chefes de domicílios foram declarados sem ocupação.¹ Além disso, essa região ainda contava com importante atividade mineradora, o que a coloca em um plano diferenciado em nossa classificação.

Nesse sentido, a análise regional permite-nos despertar a atenção para a relativização do debate historiográfico que envolve o declínio da mineração. As regiões tradicionalmente mineradoras, que não possuíam características geográficas propícias à agricultura entraram, de fato, em declínio econômico. A cidade de Mariana, por ser a sede administrativa do Termo, centralizava o recebimento de impostos, o que mantinha um certo nível de circulação de renda nesta comunidade, além, é claro, de ser referência para o estabelecimento de entrepostos comerciais.

O segundo grupo de localidades é representado pelas freguesias que experimentaram a extração aurífera, mas que desde a segunda metade do século XVIII, já se dedicavam à produção de alimentos. Catas Altas, Furquim e São Caetano estão localizadas numa região de fronteira com a floresta atlântica de clima úmido e quente, propício às atividades agrícolas. As listas nominativas de 1821-1822, indicam que, por exemplo, em Furquim havia 5485 moradores, dos quais 2029 eram escravos o que demonstrava o vigor econômico da comunidade.

O terceiro grupo de localidades que podem ser estudadas no interior do Termo de Mariana são as que estavam na região de expansão agrícola. Ou seja, povoados tipicamente rurais surgidos no interior da Zona da Mata atlântica mineira, desbravando uma região de fronteira aberta e terras devolutas. Dentre as principais freguesias que se enquadram nesta delimitação estão: Ponte Nova, Santa Rita do Turvo, Ubá, Nossa Senhora dos Remédios, São

¹ Lista nominativa de habitantes AHCMM

João Batista do Prezídio e outros. Em nossa pesquisa, procuramos dar ênfase às duas últimas regiões. A intenção é analisar a estrutura de posse de escravos e utilização da mão-de-obra nesta região.

A metodologia utilizada por Carla de Almeida, para abordar essa economia mercantil de subsistência, não leva em conta as especificidades sub-regionais existentes na região administrativa do Termo de Mariana.(ALMEIDA, 1994) As fontes analisadas pela autora, principalmente inventários *pós-mortem*, correspondem a todo o Termo, que possui diferenças significativas entre seus distritos e freguesias. A classificação já apontada mostra que o Termo não era homogêneo em suas características sócio-econômicas, tornando arriscado colocar no mesmo plano, os espaços tradicionalmente mineradores e as outras regiões que estão na fronteira agrícola.

A abordagem regional, tem sua principal contribuição na possibilidade de se estudar espaços homogêneos, reduzidos, mas que permitam uma análise ampla. As análises gerais dependem, assim, das especificidades regionais. A abordagem das delimitações jurídicas deve estar em consonância com as características geográficas e sócio-econômicas da área estudada.

3- Região de “ Transição” e região de “expansão agrícola”

Analisamos as listas nominativas da região que estamos chamando de transição. A tabela abaixo demonstra o exemplo de Furquim. Em 1821 habitavam 5485 pessoas, 3456 livres e 2029 escravos. A alta concentração de cativos sinaliza uma prosperidade econômica para a localidade.

Tabela 1- Distribuição da ocupação da em Furquim. 1821

Setores de ocupação	%	
Agricultura	313	45,2
Artesanato	177	25,6
Transporte mercadorias	25	3,7
Comércio	37	5,3
Mineração	25	3,7
Jornaleiro	114	16,5
Total	691	100

Fonte: Listas de habitantes AHCM. In.: Andrade, 1994

O grupo de pessoas ligadas à atividade mineradora era pequeno, mas o fato de ainda aparecerem, em 1821, 25 pessoas ligadas à esta atividade demonstra uma herança mineradora. O predomínio da agricultura também é visível. Dedicavam-se a este setor 45,2% da

população. Considerava-se assim a agricultura como atividade substitutiva à mineração. Contudo, a freguesia de Furquim apresenta aspectos que podem tornar a análise mais complexa. O setor artesanal representa 25,6 % da população, um sinal de que a atividade tinha grande importância na região. A pesquisa revela que 152 das 177 pessoas identificadas no setor de artesanato, eram fiandeiras, o que demonstra o caráter doméstico e familiar da atividade.

Outro aspecto interessante é o aparecimento de 37 pessoas ligadas ao setor de comércio. Proporcionalmente parece ser pouco, já que corresponde a 5,3%. Contudo, entendemos que pelo caráter da atividade comercial é natural que elas sejam poucas. Em geral um estabelecimento comercial atende dezenas de famílias e um negociante trata com diversos fornecedores e compradores. Os negociantes eram 17 das 37 pessoas do setor, o que demonstra um alto grau de ligação que a localidade tinha com o mercado.

Esta sub-região analisada até aqui apresenta características da diversificação econômica, apontada por Douglas Libby (1988). O autor demonstra graficamente sinais de que a grande maioria de livres e escravos, em toda a província de Minas Gerais, estava ligada ao artesanato (entendendo aqui como item centralizador de várias profissões) e agricultura.

Sem dúvida, estamos tratando do grupo de localidades mais ricas do Termo de Mariana, seja pela diversidade econômica, seja pela forte presença do comércio ou pela concentração de cativos. A presença marcante de escravos em uma determinada localidade é um forte sinal de sua prosperidade (mesmo que seja a prosperidade de uma elite) por causa da possibilidade do contato com os circuitos mercantis do interior da colônia. Isto ocorreu devido às potencialidades geográficas e históricas desses locais. Primeiro pelo fato de já terem uma estrutura sócio-econômica com a rica atividade mineradora e segundo porque já haviam experimentado, desde o século XVIII, atividades subsidiárias à mineração. Em *A Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Júnior já salientava o vigor autônomo da economia mineira e a sua transição para a agricultura de subsistência, após a decadência da mineração. Segundo ele em Minas Gerais

(...) foi possível renovar e reconstituir, parcialmente pelo menos, o perdido setor da mineração com outros elementos da vitalidade: a pecuária e agricultura. Mas não, a não ser excepcionalmente, nos principais centros mineradores, onde a natureza do solo não se prestava às atividades agrárias. (Prado Jr., 1999. p. 75-76)

O distrito de Santa Rita do Turvo localiza-se na região de expansão agrícola do Termo de Mariana. Esta importante localidade do termo de Mariana possuía 1773 habitantes em 1819. Desses, 1139 eram livres e 637 eram escravos. Estavam distribuídos em 217 domicílios.

Tabela 2- Distribuição da ocupação dos chefes de domicílios. Santa Rita do Turvo. 1819

Ocupação	Num. Abs.	%
Roceiro	142	65,4
sem ocupação	34	15,7
Indigente	27	12,5
Jornaleiro	4	1,9
Loja ou venda	3	1,4
Ferreiro	2	0,9
Carapina	2	0,9
Alfaiate	2	0,9
Tropeiro	1	0,4
Total	217	100

Listas de habitantes AHCMM.1819. Códice 742.

Observando a tabela referente a ocupação dos chefes dos domicílios, vemos uma maioria absoluta de indivíduos ocupados com roça, 65,4%. Não há praticamente nenhuma outra atividade exercida pelos moradores da freguesia, que seja relevante em termos numéricos. Não há habitantes “negociantes”, somente alguns envolvidos com lojas ou vendas. Este indício aponta para uma fraca mercantilização da economia da localidade e sua aproximação de uma agricultura de subsistência local. As identificações: “sem ocupação” e “indigente”, seguem com 15,7% e 12,5% dos chefes de domicílios, respectivamente, mostrando que era muito tênue o limite entre a subsistência e a pobreza, já que esta economia não se destacava comercialmente, circulando assim, pouca riqueza. Contudo, uma importante população de cativos trabalhava nas roças aqui analisadas. Mais adiante abordaremos esta problemática ao aprofundarmos o tema da estrutura de posse.

4- Posse de cativos

Iniciemos a análise da posse, pela sub-região de “Transição”. Em Catas Altas(que no item ocupação apresenta característica semelhante a Furquim), 115 (32,5%) dos 353 domicílios possuíam cativos.

Tabela 3 - Posse e origem de escravos. Distrito de Catas Altas. 1822.

Posse	domicílios	%	Escravos	%	Africanos	%	Brasileiros	%
1	29	25,2	29	3,2	17	3,8	12	2,6
2 à 5	44	38,3	119	13	68	15,1	51	11,1
6 à 10	18	15,6	126	13,8	38	8,4	88	19,1
11 à 30	19	16,6	339	37,2	178	39,6	161	35
31 e +	5	4,3	297	32,5	149	33,1	148	32,2
Total	115	100	910	100	450	100	460	100

Fonte: Listas de habitantes AHCMM. 1821. Códice 154

Quanto ao tamanho da posse o que vemos é a confirmação de uma tendência de toda a província de Minas. A pequena posse de cativos predominava: 25,2% dos domicílios possuíam apenas 1 escravo, enquanto 38,3%, tinham entre 2 e 5 cativos. A escravidão miúda demonstra certa consolidação de uma categoria de posse de cativos, cada vez mais presente no sistema escravista brasileiro. Estes escravos poderiam estar sendo utilizados em trabalhos domésticos, no artesanato, na mineração de pequeno porte e até mesmo como complemento do trabalho familiar na roça.

Contudo notamos que, apesar de ser minoria entre os domicílios, a média e grande posse contavam com a maior parte da escravaria: 69,7% dos escravos de Catas Altas estavam em domicílios que tinham acima de 11 cativos. Há uma visível concentração de cativos, por parte de grandes fazendeiros que se dedicavam sobretudo à agricultura e à pecuária.

Os escravos africanos chegavam por perfazer quase metade da escravaria de Catas Altas. O que aponta para o fato de que a importação de cativos continuava fundamental para a reprodução da economia local, dinâmica o bastante para se ligar ao comércio atlântico de cativos. Escravos brasileiros e africanos estavam distribuídos de forma quase similar entre os tipos de domicílios distinguidos pelo tamanho do plantel. Dessa forma percebe-se que o pequeno proprietário também comprava cativos no mercado e não estava dependente da reprodução natural do escravo. Isto se explica pelo fato de a freguesia de Catas Altas estar ligada diretamente ao circuito mercantil, o que aproximava os pequenos agricultores e artesãos do comércio de escravos.

Quando entramos “mata adentro” notamos um perfil diferenciado entre os proprietários de cativos. O primeiro dado que sinaliza para isto é o fato de Santa Rita do Turvo, São João Batista e Ubá possuírem um plantel de cativos reduzido em comparação ao número de livres. Quanto à distribuição da posse temos:

Tabela 4- Posse e origem dos escravos. Santa Rita do Turvo. 1819

Posse	Domicílios	%	Escravos	%	Africanos	%	Brasileiros	%
1	17	17,5	17	2,7	5	2,4	12	2,8
2 à 5	46	47,4	147	23	44	21,3	103	23,6
6 à 10	20	20,6	150	23,5	46	22,2	104	24,3
11 à 30	12	12,4	194	30,5	63	30,4	131	30,5
31 e +	2	2,1	129	20,3	49	23,7	80	18,8
Total	97	100	637	100	207	100	430	100

Listas de habitantes AHCMM.1821. Códice 742

Nesta localidade há também uma predominância dos pequenos plantéis. O item “2-5” é responsável por 47,4% dos domicílios escravistas, e os itens “11-30” e “31 e +”, são

respectivamente responsáveis por 12,4% e 2,1% dos proprietários. O que percebemos como diferenciação da região de transição, é o fato de haver uma maior concentração de cativos nos itens relacionados à pequena posse. Enquanto em Catas Altas os proprietários que tinham mais de 11 escravos representavam quase 70% da escravaria, em Santa Rita do Turvo essa porcentagem alcançava apenas 50,5%. Existem escravos africanos em todos os tamanhos de posse relacionados, contudo eles representam parte minoritária dos plantéis, sejam eles pequenos ou grandes. Havia, em 1819, 207 cativos africanos e 430 brasileiros em Santa Rita do Turvo, dado que reforça mais uma diferença entre a região de “expansão” e a região de “transição”.

Os dados até aqui apresentados reforçam a proposição de que o mapa da situação sócio-econômica nas Gerais é complexo. Quanto à posse de escravos, João Fragoso e Manolo Florentino, em “*O arcaísmo como projeto*”, afirmam que a predominância em Minas Gerais de pequenos plantéis escravistas demonstra que

Tal perfil de posse denota que, ao lado do trabalho de cativos, coexistia o trabalho livre de base familiar. Ora, se considerarmos, como já foi referido, que Minas Gerais era a maior capitania escravista do Brasil, teremos que este “Senhor-camponês” se constituiria num dos principais pólos de demanda por cativos.” (FRAGOSO, J.L e FLORENTINO, M. 1993, p. 63-64)

Em *Homens de Grossa Aventura*, Fragoso utilizou os conceitos de camponês elaborados por Cardoso (1979) e por Castro (1987), que se baseiam principalmente na estabilidade de acesso à terra e predomínio do trabalho familiar, para reforçar as inferências feitas anteriormente. A vastidão de terras, as pequenas posses de escravos e a produção voltada para a subsistência regional seriam os sinais da existência do trabalho familiar camponês. Ainda quanto à problemática da existência do trabalho cativo, Fragoso explica que a unidade pode ser considerada camponesa

“... desde que a contribuição dos de fora [escravos, servos domésticos, jornaleiros etc.] seja inferior à dos membros da família na produção. Nesse caso, portanto, a presença do trabalho escravo na pequena produção de Minas não seria um elemento suficiente para caracterizá-la como escravista, sendo necessário compará-la com o peso do trabalho familiar”.(FRAGOSO, 1998)

Para fazerem essa afirmação os autores basearam-se na informação oferecida por Libby (1988) que 2/3 dos proprietários possuíam plantéis que não ultrapassavam cinco cativos. Estes mesmos proprietários detinham a maior parte dos escravos, sendo que, ao somar os plantéis de um a dez cativos, eles chegariam a deter quase a metade do total da escravaria.

Contudo, em “*A transformação do trabalho em Minas Gerais no século XIX*”, Douglas Libby vai além de tais informações, destacando as diferenças regionais quanto à distribuição da propriedade de cativos.

“Na Zona da Mata, na região Metalúrgica-Mantiqueira e no Triângulo mineiro são os proprietários de mais de 30 escravos que possuem a maior parcela de cativos, sendo que nas duas últimas a parcela corresponde à cerca de um terço da escravaria da região. Nessas regiões, portanto, embora os pequenos proprietários fossem majoritários, havia uma relativa concentração da propriedade de escravos nas mãos de grandes proprietários.” (LIBBY.01988. p. 106)

Ou seja, a afirmação de Fragoso para toda a província de Minas Gerais, na verdade se restringe às regiões que concentravam o menor contingente escravista (Oeste, Alto Paranaíba, São Francisco, Montes Claros, Paracatu, Sul de Minas e Mucuri Doce).

De fato, em toda a província de Minas Gerais havia uma predominância dos pequenos plantéis, informação confirmada em nossa análise regional. Contudo, a maior parte dos escravos estava concentrada na mão de médios e grandes proprietários, nas regiões da Zona da Mata, Metalúrgica-Mantiqueira e Triângulo, como visto na citação. A explicação oferecida por Libby para o caso da Zona da Mata seria o crescente desenvolvimento da cafeicultura. No entanto o próprio autor afirma que esta atividade, na primeira metade do século XIX, ainda se mostrava tímida e reduzida às áreas limítrofes com o Rio de Janeiro. Em relação à região Metalúrgica-Mantiqueira ele afirma que “... *as minerações maiores são basicamente responsáveis pela relativa concentração da propriedade de cativos...*” (LIBBY, 1988 , p. 106).

No entanto, sabemos, pelos resultados apresentados até aqui, que a região da Metalúrgica-Mantiqueira compreendia os municípios mineradores, incluindo os distritos e freguesias da região de fronteira que a eles se ligavam administrativamente. Assim, a documentação apresenta dados de ambas as situações géo-econômicas. As localidades que avançam para a região de floresta apresentavam um contínuo desenvolvimento e consolidação de uma economia mercantil, ligada aos grandes circuitos e para subsistência regional, como afirma Carla de Almeida:

“Esta produção tão diversificada, inicialmente voltada quase exclusivamente para o abastecimento das próprias U. P. [unidades produtivas] e para o mercado local, foi sendo cada vez mais endereçadas aos mercados mais distantes.” (ALMEIDA, 1995 p. 96)

O mapa sócio econômico do termo de Mariana apresenta realidades diversificadas. Na sub-região de “Transição” existia um desenvolvido complexo mercantil voltado para os circuitos coloniais. Nesta sub-região, a grande posse de escravos, apesar de minoritária em número de

domicílios em que aparecem, abarca o maior contingente escravista. Mesmo com a contribuição da mineração, que era cada vez menor, existiam grandes fazendas que concentravam surpreendentes plantéis escravistas, como o caso de Furquim.

Tabela 5 - Posse e origem dos escravos pertencentes à “roceiros”. Furquim. 1822

Posse	domicílios	%	Escravos	%	Africanos	%	Brasileiros	%
1	29	33,3	29	8,7	13	12	16	7,3
2 à 5	44	50,6	137	40,7	56	51,3	81	37,1
6 à 10	12	13,8	98	29,2	29	26,6	60	27,5
11 à 30	2	2,3	72	21,4	11	10,1	61	28
31 e +	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	87	100	336	100	109	100	218	100

(ANDRADE, 1994.) Listas de habitantes AHCMM.1822. Códice

Tabela 5 - Posse e origem dos escravos pertencentes à “agricultores”. Furquim. 1822

Posse	domicílios	%	Escravos	%	Africanos	%	Brasileiros	%
1	2	3,1	2	0,1	1	0,2	1	0,1
2 à 5	8	12,5	31	2,8	19	4,4	12	1,7
6 à 10	16	25	124	10,9	49	11,4	75	10,6
11 à 30	29	45,3	469	41,2	179	41,2	290	41,2
31 e +	9	14,1	511	45	186	42,8	325	46,2
Total	64	100	1137	100	434	100	703	100

(ANDRADE, 1994.) Listas de habitantes AHCMM.1822.

Aa tabelas apresentam somente a posse de escravos por chefes de domicílios ligados ao setor agrícola. Francisco Andrade apresentou dados sobre Furquim dividindo o setor entre aqueles que foram identificados como “roceiros” e aqueles que foram identificados como “agricultores”. Os “roceiros” que não possuíam cativos eram em número de 133 e aqueles que possuíam eram 87. Desses, 78,6% possuíam até 10 escravos. Já entre os “agricultores” predominava a grande posse e esta era responsável pela maior parte do plantel escravista do setor agrícola de Furquim. Cerca de 77,2% (1137) dos cativos do setor agrícola estavam na mão dos “agricultores” e cerca de 71,4% (1052, unindo “roceiros e “agricultores”), estavam alocados em domicílios que apresentavam acima de 11 escravos. Ou seja, estamos tratando de fazendeiros de grande monta que demonstravam vigoroso apego ao trabalho servil acumulando riqueza produzindo para os mercados regionais.

Contudo, temos que deixar claro que isto não altera uma característica significativa da economia mineira. A agricultura e outros setores econômicos abarcavam uma maioria de livres, utilizava certamente o trabalho familiar e em muitos casos o complementava com a pequena posse de cativos. Este tipo de estrutura foi uma constante na Minas oitocentista. Estas

unidades praticamente produziam para o autoconsumo e para o comércio local (distritos e arraiais). Existem indícios que apontam que a presença da escravidão nos locais onde não havia grandes plantéis de escravos e que, portanto, a produção não se voltava para os grandes circuitos mercantis, devia-se a uma considerável reprodução natural de escravos. Em 1819, na sub-região de expansão agrícola era pequeno o número de escravos africanos.

Assim, a discussão acerca de uma predominância do camponês ou do senhor escravista, é importante para definirmos em que base de utilização de mão-de-obra estava sedimentada a economia da região do Termo de Mariana.

Conclusão: As unidades produtivas

Os inventários pós-mortem também revelam diferença significativa entre o grau de riqueza das unidades produtivas da região de Transição e da região de expansão agrícola. A confecção do inventário, após a morte da pessoa já indica um certo nível de posses. Alguns inventariados faziam o testamento em vida, o que facilitava a partilha dos bens. Esse tipo de documentação (inventário e testamento) arrola, de forma detalhada, os bens, para o período em estudo, sejam eles pequenos objetos da casa, utensílios, terras, plantações, engenhos, datas minerais, animais e escravos. O valor do *monte mor* é o valor somatório de toda a riqueza e as dívidas ativas constituem o crédito e as passivas, os débitos.

De São Caetano encontramos o inventário de Caetana Correia de Magalhães que era viúva e seus bens foram inventariados em 21 de janeiro de 1830. Ela tinha treze filhos para quem deixou um patrimônio de 10:255\$861 (dez contos e duzentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e sessenta e um réis. Para termos idéia da riqueza aqui demonstrada, basta compararmos com o valor de um de seus escravos (mercadoria que tinha grande valor comercial) mais caros, 320\$000 (trezentos e vinte mil réis). A viúva possuía plantações de milho, de cana, além de engenho. Possuía bois, vacas e porcos que valiam 212\$000 mil réis. Possuía 15 escravos que somavam um valor de 3:260\$000 (três contos e 260 mil réis). A produção agrícola em que se baseava a riqueza de D. Caetana, garantia a ela um plantel escravista considerável, e o que é mais importante, com um altíssimo valor.

A realidade exemplificada pela documentação revela um grau de riqueza presente de forma marcante em São Caetano e em toda a região de “transição”. A agricultura era a principal atividade em que se davam as relações comerciais no Termo de Mariana, principalmente a compra de escravos, que, como vimos, representavam parcela considerável da riqueza. Outro aspecto que demonstra o grau de ligações comerciais é o arrolamento das dívidas passivas e ativas. Caetana Correia devia 263\$000 mil réis e tinha de crédito 1:541\$000 (um conto e

quinhentos e quarenta e 1 mil réis) . Nesse sentido podemos inferir que a viúva, a partir da riqueza acumulada com as atividades agrícolas em sua unidade produtiva investia em outra forma de acúmulo, o sistema de empréstimo, muito comum entre os proprietários mineiros.

A freguesia de Guarapiranga, de acordo com nossa classificação, pertencia à sub-região de expansão agrícola. O roceiro Domingos Rodrigues Negrão teve os seus bens inventariados em 26 de março de 1830. Ele tinha cinco filhos para quem deixou como herança o valor de 1:057\$020 (um conto e cinqüenta e sete mil e vinte réis). Possuía terras de cultura, engenho de cana e 4 escravos. Os cativos somavam o valor de 360\$000 mil réis . Sua riqueza era diminuta e tinha em seu plantel escravista um complemento na produção. Não possuía dívidas e nem créditos, um sinal de pouco contato com o mercado.

Senhor Domingos, com certeza não estava entre os mais pobres da região, pois possuía 4 escravos. Contudo o exemplo representa o formato mais modesto, comum entre os proprietários da região. Assemelha-se às conclusões alcançadas com a análise das listas nominativas: uma produção voltada para sobrevivência e para o comércio local, que utiliza um pequeno plantel escravista como complemento ao trabalho da família.

Os exemplos aqui explicitados revelam o quanto os inventários podem nos oferecer de informações importantes para o entendimento do funcionamento das unidades produtivas e da dinâmica econômica.

Como vimos, o Termo de Mariana apresenta um mosaico de atividades produtivas assim como uma profunda diferenciação em se tratando da mão-de-obra presente na economia. Os roceiros, pequenos artesãos e pobres compõem um grupo fortemente presente em todas as localidades estudadas. Já os médios e grandes proprietários de escravos se concentravam nas localidades mais dinâmicas, aparecendo com menor frequência nas localidades menos mercantilizada. Essa parece ter sido uma constante. Em qualquer localidade, sempre havia uns poucos proprietários de médio e grande porte que aparentemente dominavam econômica e politicamente a região.

Durante a continuidade da pesquisa, analisaremos a fundo os inventários e outra fontes para identificarmos as diferenças que marcam as sub-regiões e as desigualdades sócio-econômicas entre a população da região estudada

Bibliografia

ALMEIDA, Carla M. de Carvalho de . *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850*. Niterói. ICHF/UFF, 1994 (Dissertação de Mestrado em História).

- _____. *Demografia e laços de parentesco na população escrava mineira: Mariana 1750-1850*. São Paulo. População e família. Vol. 1, n.1. jan/jun. 1998. P. 235-260.
- _____. *Minas Gerais de 1750- 1850: bases da economia e tentativa de periodização*. In. LPH- Revista de História, Mariana: UFOP, n.5, 1995
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A enxada complexa: Roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte. FAFICH. UFMG, 1994. (Dissertação de mestrado em História).
- _____. *Trabalhos de escravos na paróquia de Catas Altas do Mato Dentro, nas Gerais, 1822*. LPH- Revista de História da UFOP. Mariana. n.6 1996.
- FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro , 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____, e FLORENTINO, Manolo Garcia. *O Arcaísmo como Projeto- mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790- 1840*. Rio de Janeiro. Diadorim 1993
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *Algumas Perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais séculos XVIII e XIX*. In.: Termo de Mariana: História e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais século XIX*. São Paulo. Brasiliense: 1988.
- PRIORI, Ângelo. *História Regional e local: métodos e fontes*. Pós História. Assis, v2. p. 181-187.
- PAIVA, Clotilde. *População e economias Minas Gerais do século XIX*. . (Tese doutoramento em História). USP. São Paulo. 1996
- PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Da 23ª ed. De 1994. São Paulo. Brasiliense, 1999.

Listas Nominativas: Códice 684, Códice 154, Códice 569, Códice 742, Códice 726, Códice 386.